

Os termos de recebimento de obra pública como direito da empresa construtora nos contratos administrativos brasileiros

 rdai.com.br/ojs/index.php/rdai/article/view/62



Thales Tebet da Cruz Universidade Gama Filho (Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)  <https://orcid.org/0000-0002-9233-0378>

DOI: <https://doi.org/10.48143/rdai/03.ttc>

Palavras-chave: Recebimento, Provisório, Definitivo, Obra pública

Resumo

As disposições legais sobre os termos de recebimento de obra pública (provisório e definitivo) nem sempre são cumpridas pela Administração Pública, e a maioria dos contratos administrativos não regula o que deveria. Nesse ensaio serão discutidos pontos relevantes sobre esse importante instituto, bem como formas de mitigar a insegurança jurídica existente.

Downloads

Não há dados estatísticos.

Biografia do Autor

Thales Tebet da Cruz, Universidade Gama Filho (Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)

Advogado no Rio de Janeiro. Pós-Graduado em Direito dos Contratos pela PUC/Rio. Pós-Graduado em Direito Público pela UGF. Autor do artigo Os momentos constitucionalmente permitidos para atuação dos Tribunais de Contas brasileiros. Coautor do artigo Desconsideração da personalidade jurídica no âmbito da administração pública. t_tebet@hotmail.com

Referências

BORGES, Alice Gonzalez. Reflexos do Código Civil (LGL2002400) nos Contratos Administrativos. Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico (REDAE), Salvador, n. 9, fev.-abr. 2007.

FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: Dialética. 2014.

LUNA, Guilherme Ferreira Gomes. Controle de preços nos contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

MARQUES, Floriano Azevedo. Contratos de Construção do Poder Público. In: BAPTISTA, Luiz Olavo (Org.). Construção civil e direito. São Paulo: Lex Editora, 2011.

MEDAUAR, Odete. Direito administrativo moderno. 11. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

MEDAUR, Odete. O direito administrativo em evolução. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 35. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito de construir. 11. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 13. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2001.

NEGRÃO, Theotônio et al. Código Civil (LGL2002400) e legislação civil em vigor. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código civil comentado. 11. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

PORTGUAL, Maurício Ribeiro. Atribuição ao contratado da Administração Pública de todos os riscos não tratados no contrato é nula perante a Lei 8.666/93. Disponível em: [<http://www.direitodoestado.com.br/colunistas/mauricio-portugal-ribeiro/-atribuicao-ao-contratado-da-administracao-publica-de-todos-os-riscos-nao-tratados-no-contrato-e-nula-perante-a-lei-8-666-93>]. Acesso em: 22.07.2016.

ROSENVALD, Nelson. In: PELUSO, Cezar (Coord.). Código Civil (LGL2002400) Comentado: doutrina e jurisprudência. 8. ed. Barueri: Manole, 2014.

SCHREIBER, Anderson. Aplicação da Teoria dos Atos Próprios aos Atos Administrativos. Tese submetida ao XXXV Congresso Nacional de Procuradores do Estado Direito Civil: 3º Tema – Atos administrativos: a teoria dos atos próprios e a

segurança jurídica.

UNGER, R. A alternativa nacional e o setor de infraestrutura. *Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura*, v. 1, n. 1, p. 23-38, 30 jun. 2017.

TAVARES, A. Acesso especial à infraestrutura rodoviária e práticas administrativas inconstitucionais. *Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura*, v. 1, n. 1, p. 39-67, 30 jun. 2017.

SOARES, R.; SANTOS, C. O processo de justiça transicional na Administração Pública brasileira. *Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura*, v. 1, n. 2, p. 111-162, 30 set. 2017.

MAIA, G.; MELO, C. Lei de cotas no ensino público: fundamentos, dispositivos normativos e desafios de implementação. *Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura*, v. 1, n. 2, p. 165-184, 30 set. 2017.

A submissão e a publicação de artigos são gratuitos; avaliados por pares; o periódico utiliza o CrossCheck (antiplágio) e cumpre com o Guia dos Editores da *COPE - Committee on Publication Ethics*, além das recomendações Elsevier e SciELO. Confira as [Regras para a submissão e avaliação da RDAI](#).